



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

2ª VARA DO TRABALHO DE MARÍLIA - 0101

[1501 a 2000 processos]

Entre os dias 20 e 21 do mês de fevereiro de 2018, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 1/2018, divulgado em 19/12/2017 no DEJT (Edição 2377/2017 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 4). Presentes a Juíza Titular KEILA NOGUEIRA SILVA e a Juíza Substituta Auxiliar Fixa DANIELE COMIN MARTINS. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva, Suely Suzuki
Jurisdição Atendida:	GUAIMBE, LUTECIA, OCAUCU, VERA CRUZ, POMPEIA, OSCAR BRESSANE, ORIENTE, MARILIA
Lei de Criação:	8.432/92
Data de Instalação:	13/05/1994
Data de Instalação do PJE:	28/08/2013
Data da Última Correição:	08/02/2017
Acervo Físico/Acervo Total:	15 %
Acervo PJe/Acervo Total:	85 %



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
KEILA NOGUEIRA SILVA	20/02/1995

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
17/05/2017 a 15/06/2017	FERIAS
19/09/2017 a 27/09/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMILIA
20/10/2017 a 18/11/2017	FERIAS



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/02/2017 a 06/02/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
DANIELE COMIN MARTINS	07/01/2017 a 19/12/2017
DANIELE COMIN MARTINS	08/01/2018 a 08/02/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
23/02/2017 a 24/02/2017	LICENÇA P/TRATAMENTO DE SAUDE
22/03/2017 a 31/03/2017	LICENÇA P/TRATAMENTO DE SAUDE
17/04/2017 a 16/05/2017	FERIAS
20/11/2017 a 19/12/2017	FERIAS

NOME	PERÍODO
GABRIEL CALVET DE ALMEIDA	27/03/2017 a 27/03/2017
GABRIEL CALVET DE ALMEIDA	31/05/2017 a 31/05/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
MARCOS ROBERTO WOLFGANG	07/01/2017 a 07/02/2017

Afastamentos: Não houve



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
EDERSON DOS SANTOS IZELI	TJA	FC-03 COORDENADOR DE CENTRAL DE MANDADOS	22/12/2017
EDISON CARLOS QUIRINO	AJJ	FC-04 CALCULISTA	12/04/1999
EDSON JOSE BARBOSA	TJAOM	FC-02 ASSISTENTE	23/01/1995
FERNANDO BELAM	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	01/04/2009
JACQUELINE KARLA DE MORAIS ALVES	TJA	-	23/03/2015
LEILA HARUMI TAKAHASHI ALBERTONI	TJA	FC-02 ASSISTENTE	13/05/1994
REGINA MAURA PEREIRA DE ANDRADE	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	01/08/1994
RENATO CESAR NABAO	AJJ	FC-02 ASSISTENTE	01/09/2016
VANIA GOMES LEITE	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	13/05/1995
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			9
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			0



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [02/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Correção Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
LICENÇA LUTO	8
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	15
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	21
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	10
TOTAL	54



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/12/2017]:

(fonte: e-Correção Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

Não há estagiários na unidade



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [02/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
DANIELE COMIN MARTINS	64
KEILA NOGUEIRA SILVA	32

SERVIDORES	HORAS
JACQUELINE KARLA DE MORAIS ALVES	10



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [02/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	783	823	764
	Aguardando encerramento da instrução	956	682	874
	Aguardando prolação de sentença	162	114	100
	Aguardando cumprimento de acordo	435	334	405
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.474	1.254	1.524
	Pendentes de finalização	3.810	3.205	3.665
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	201	372	183
	Liquidados pendentes de finalização na fase	231	216	232
	Pendentes de finalização	432	588	416
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	323	871	280
	Encerrados pendentes de finalização na fase	12	65	50
	Pendentes de finalização	336	939	330
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	1	0
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	19	0
TOTAL		4.578	4.752	4.410

CORREIÇÃO ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [03/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	1.027	760	854
	Aguardando encerramento da instrução	926	758	789
	Aguardando prolação de sentença	179	131	138
	Aguardando cumprimento de acordo	126	306	236
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.308	2.819	3.151
	Subtotal	3.566	3.124	3.387
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	248	397	234
	Liquidados pendentes de finalização na fase	241	182	208
	Subtotal	489	580	442
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	375	897	350
	Encerrados pendentes de finalização na fase	21	121	56
	Subtotal	396	1.018	406
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	0
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	3	80	2
TOTAL		4.454	4.802	4.236



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [02/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	186	182	36
Exceções de Incompetência	23	21	5
Antecipações de Tutela	279	289	4
Impugnações à Sentença de Liquidação	13	14	9
Embargos à Execução	46	64	25
Embargos à Arrematação	1	3	0
Embargos à Adjudicação	0	0	1
Exceções de Pré-Executividade	1	1	2
TOTAIS	549	574	82

CORREIÇÃO ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [03/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	96	110	55
Exceções de Incompetência	23	17	10
Antecipações de Tutela	233	263	11
Impugnações à Sentença de Liquidação	7	5	12
Embargos à Execução	46	28	52
Embargos à Arrematação	2	1	2
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	5	4	9
TOTAIS	412	428	151



6 - RECURSOS [02/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	767	696	103
Recurso Adesivo	40	30	11
Agravo de petição	48	40	13
Agravo de Instrumento	19	3	14
TOTAIS	874	769	141

CORREIÇÃO ANTERIOR

6 - RECURSOS [03/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	376	384	106
Recurso Adesivo	30	38	9
Agravo de petição	31	35	8
Agravo de Instrumento	8	0	4
TOTAIS	445	457	127



7 - PRAZOS MÉDIOS [02/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	858	245	201	219
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.303	379	349	361
Total / Média	2.161	325	319	305

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	817	263	199	230
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.215	421	361	390
Total / Média	2.032	357	328	327

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	250	46	28	32
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	744	63	36	46
Total / Média	994	58	35	42

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	94	130	230	147
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	250	199	263	204
Total / Média	344	180	257	189

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	313	429	1.392	480
Do início ao encerramento da execução - ente público	23	847	814	564
Total / Média	336	458	1.328	486

*Do início até a extinção da execução



CORREIÇÃO ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [03/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	695	289	174	211
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	930	412	333	363
Total / Média	1.625	359	296	302

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	657	293	177	215
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	852	435	332	379
Total / Média	1.509	373	295	311

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	216	37	24	41
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	457	55	36	53
Total / Média	673	49	33	49

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	61	213	194	199
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	152	239	224	267
Total / Média	213	231	219	249

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	134	943	1.821	1.063
Do início ao encerramento da execução - ente público	15	980	1.133	1.341
Total / Média	149	947	1.755	1.103

*Do início até a extinção da execução

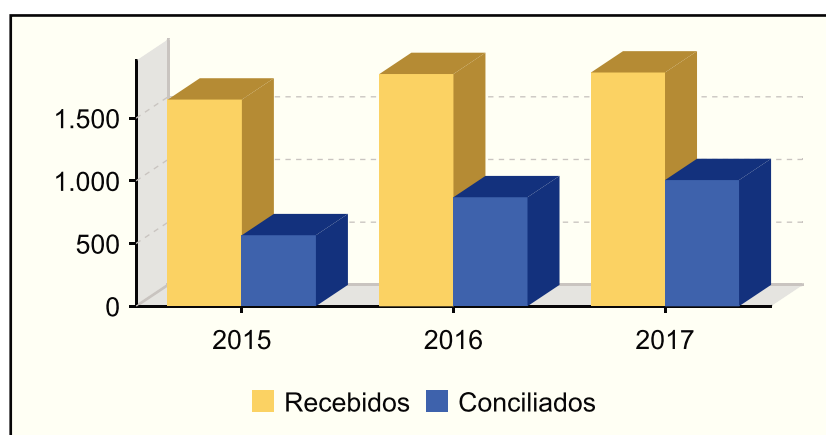


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

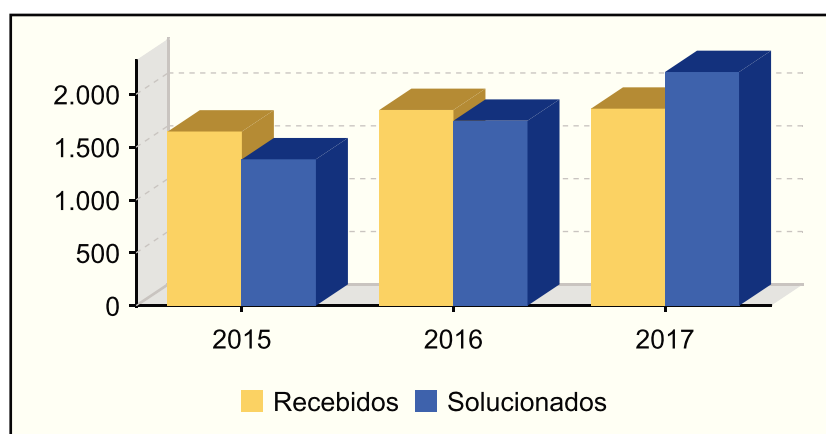
8.1 - Índice de conciliações [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2015	1.648	566	34,34
2016	1.852	869	46,92
2017	1.864	1.006	53,97



8.2 - Índice de soluções [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2015	1.648	1.385	84,04
2016	1.852	1.750	94,49
2017	1.864	2.211	118,62



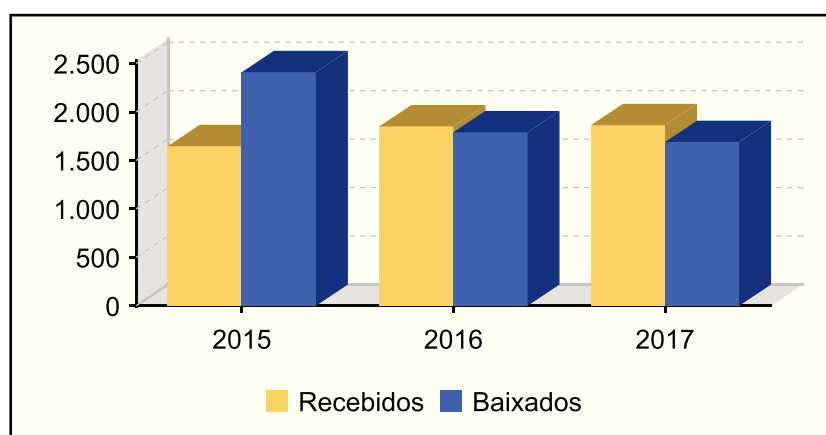


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

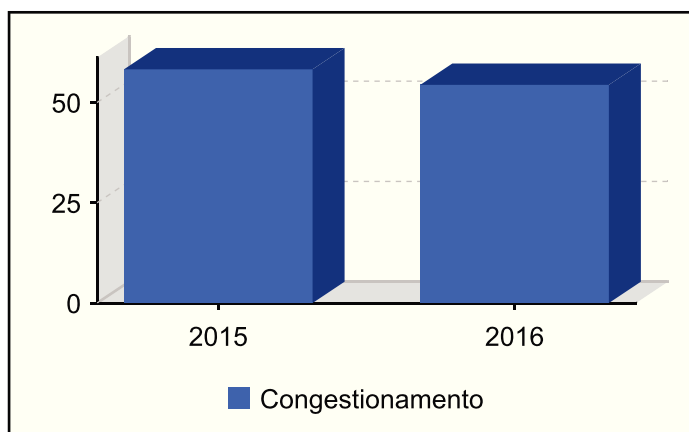
8.3 - Índice de baixas [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2015	1.648	2.411	146,30
2016	1.852	1.791	96,71
2017	1.864	1.690	90,67



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2015	1.671	1.648	1.385	58,27
2016	1.986	1.852	1.750	54,40



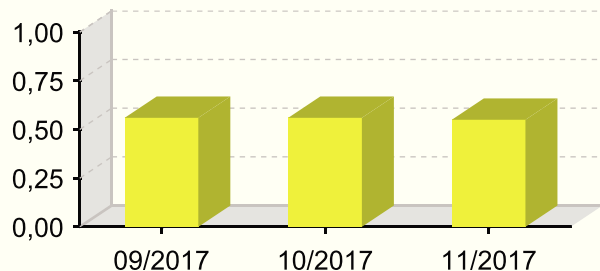


9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

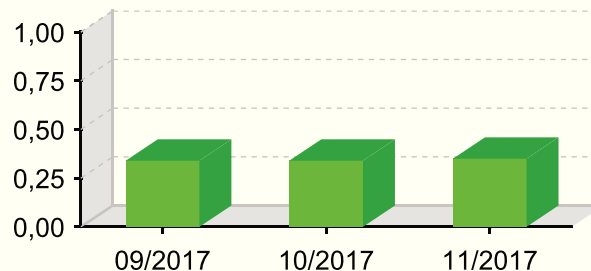
(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	PS	IP	IG
09/2017	0,56	0,34	0,58	0,46	0,46
10/2017	0,56	0,34	0,58	0,47	0,47
11/2017	0,55	0,35	0,56	0,47	0,48

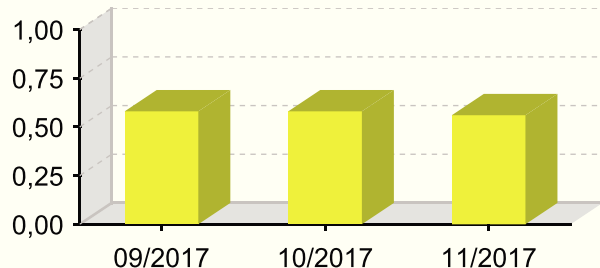
Taxa de Cong. no Conhecimento [TCC]



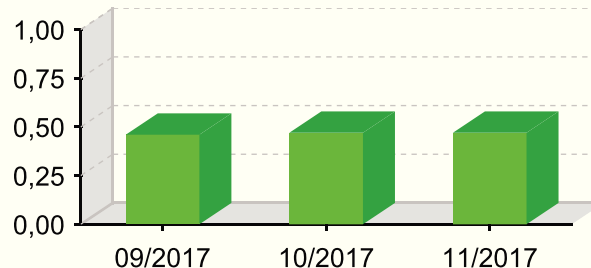
Taxa de Cong. na Execução [TCE]



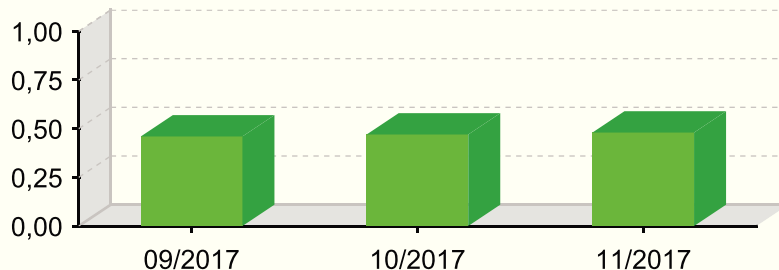
Pendentes de Solução [PS]



Índice de Produtividade [IP]



Índice Geral [IG]





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.052	87,7	52,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	926	77,2	45,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.978	164,8	98,1
Processos solucionados - sem exame de mérito	329	27,4	16,3
Incidentes Processuais Resolvidos	648	54,0	32,1
Dias-Juiz	605	50,4	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	24.461	63,7	38,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	32.070	83,5	50,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	56.531	147,2	89,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	8.018	20,9	12,7
Incidentes Processuais Resolvidos	19.652	51,2	31,1
Dias-Juiz	18.944	49,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	131.137	71,4	44,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	163.612	89,1	56,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	294.749	160,5	101,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.411	26,9	16,9
Incidentes Processuais Resolvidos	114.947	62,6	39,4
Dias-Juiz	87.586	47,7	---

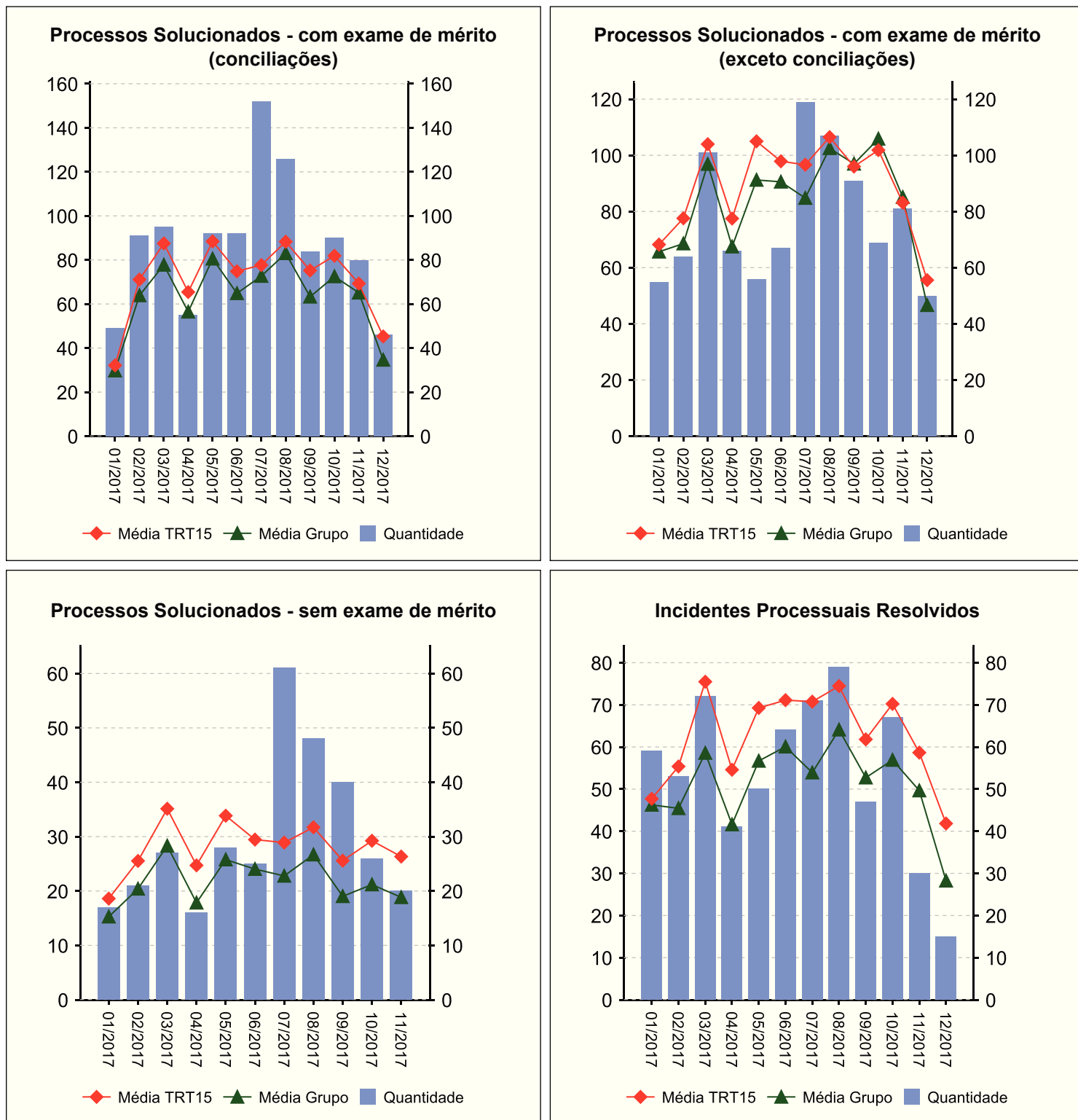
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	612	51,0	30,3
Sessões de audiência realizadas - instrução	661	55,1	32,8
Sessões de audiência realizadas - una	1.245	103,8	61,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	516	43,0	25,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	165	13,8	8,2
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.906	158,8	94,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	681	56,8	33,8
Dias-Juiz	605	50,4	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	18.944	49,3	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	87.586	47,7	---



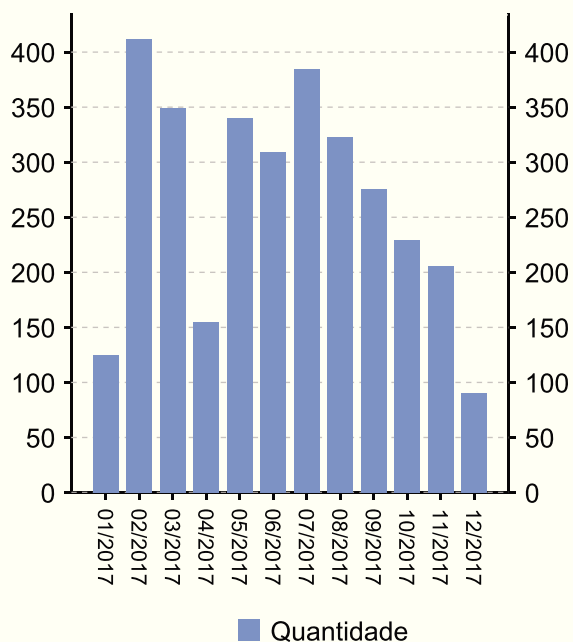
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

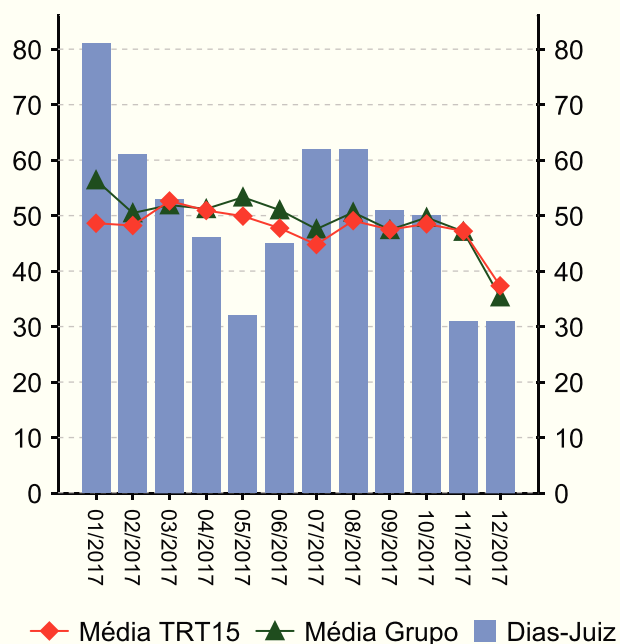
Resumo - Audiências

Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
01/2017	10	4	43	25	43	125
02/2017	60	11	115	154	72	412
03/2017	55	29	106	67	92	349
04/2017	28	12	42	36	37	155
05/2017	102	19	55	88	76	340
06/2017	89	8	70	34	108	309
07/2017	93	8	89	49	146	385
08/2017	29	15	48	48	183	323
09/2017	10	32	23	41	170	276
10/2017	5	16	13	51	144	229
11/2017	33	10	1	47	115	206
12/2017	2	1	7	21	59	90
Total	516	165	612	661	1245	3199

Dias-Juiz



Dias-Juiz

Mês/Ano	Qtd
01/2017	81
02/2017	61
03/2017	53
04/2017	46
05/2017	32
06/2017	45
07/2017	62
08/2017	62
09/2017	51
10/2017	50
11/2017	31
12/2017	31
Média Mensal	50,4



CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	869	72,4	44,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	575	47,9	29,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.444	120,3	73,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	306	25,5	15,6
Incidentes Processuais Resolvidos	529	44,1	26,9
Dias-Juiz	589	49,1	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	23.906	62,3	42,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	24.124	62,8	42,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	48.030	125,1	85,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	8.504	22,1	15,1
Incidentes Processuais Resolvidos	16.490	42,9	29,3
Dias-Juiz	16.910	44,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	126.805	69,1	45,5
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	134.540	73,3	48,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	261.345	142,3	93,7
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.731	27,1	17,8
Incidentes Processuais Resolvidos	93.541	50,9	33,6
Dias-Juiz	83.634	45,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

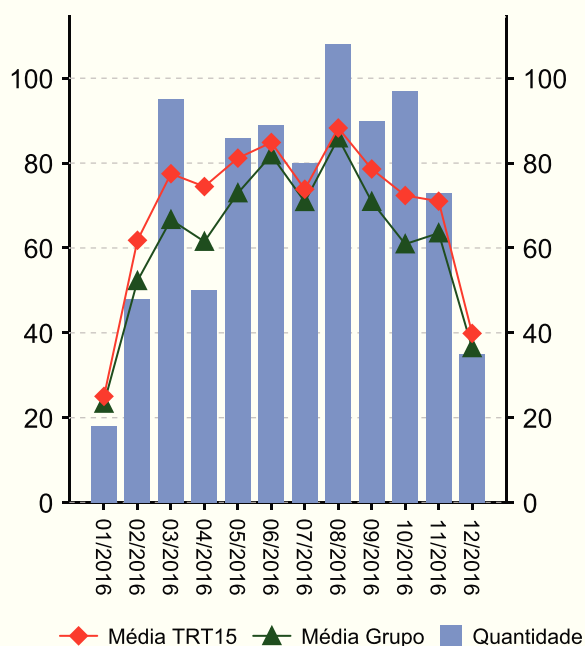
CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2016 a 12/2016]:

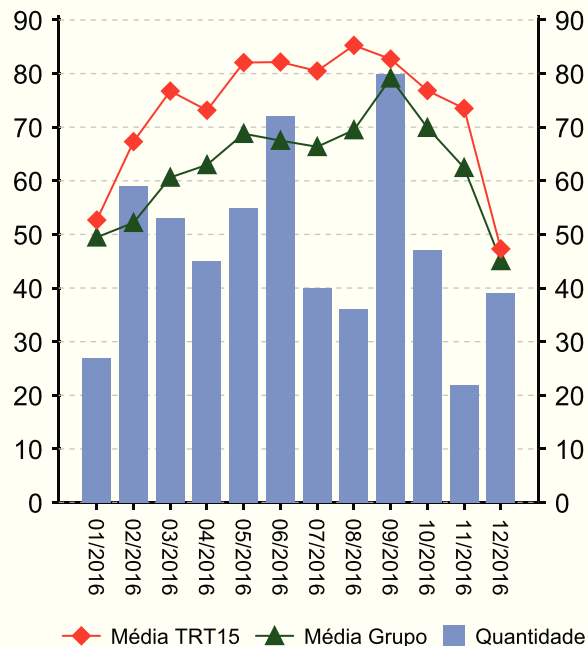
(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos

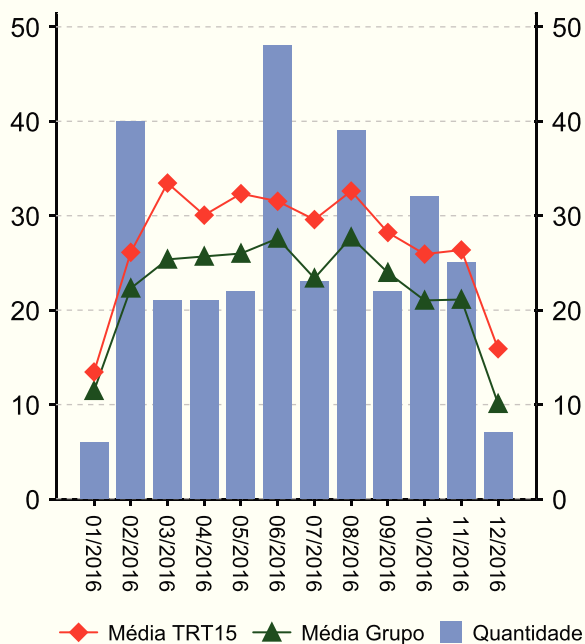
Processos Solucionados - com exame de mérito (conciliações)



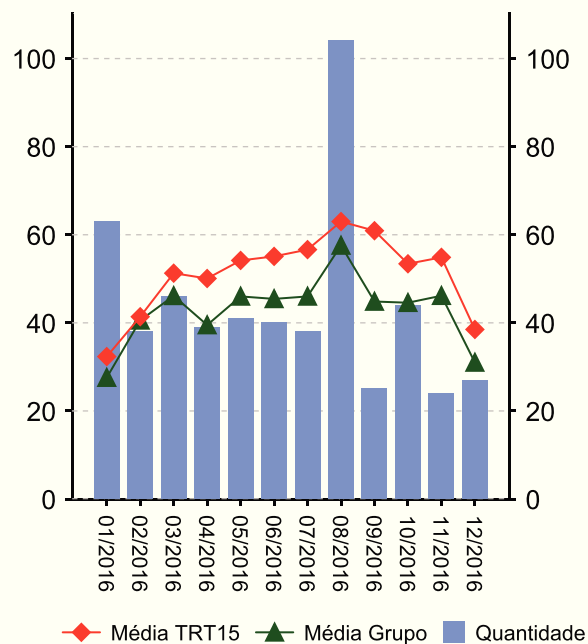
Processos Solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações)



Processos Solucionados - sem exame de mérito



Incidentes Processuais Resolvidos





CORREIÇÃO ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	784	65,3	39,9
Sessões de audiência realizadas - instrução	672	56,0	34,2
Sessões de audiência realizadas - una	809	67,4	41,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	386	32,2	19,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	200	16,7	10,2
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.481	123,4	75,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	586	48,8	29,8
Dias-Juiz	589	49,1	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	16.910	44,0	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	83.634	45,6	---

CORREIÇÃO ANTERIOR

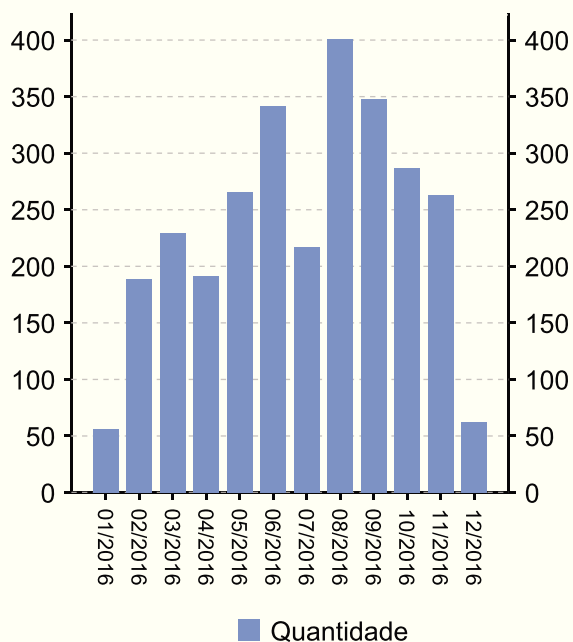
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

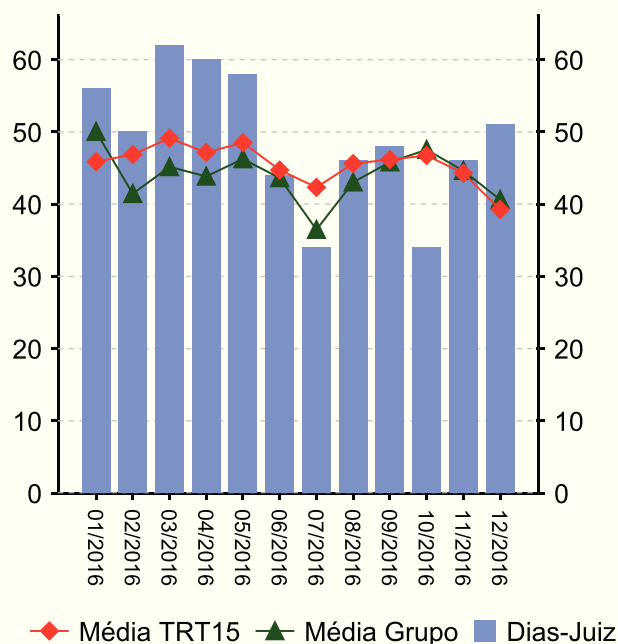
Resumo - Audiências

Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
01/2016	5	2	0	36	13	56
02/2016	4	1	66	45	73	189
03/2016	4	0	103	37	85	229
04/2016	9	3	80	50	49	191
05/2016	1	29	102	45	89	266
06/2016	92	41	69	78	62	342
07/2016	41	1	42	52	81	217
08/2016	68	33	91	107	102	401
09/2016	66	42	75	85	80	348
10/2016	45	36	73	57	76	287
11/2016	46	12	56	67	82	263
12/2016	5	0	27	13	17	62
Total	386	200	784	672	809	2851

Dias-Juiz



Dias-Juiz

Mês/Ano	Qtd
01/2016	56
02/2016	50
03/2016	62
04/2016	60
05/2016	58
06/2016	44
07/2016	34
08/2016	46
09/2016	48
10/2016	34
11/2016	46
12/2016	51
Média Mensal	49,1



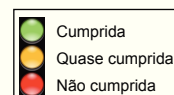
11 - METAS NACIONAIS 2016:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente

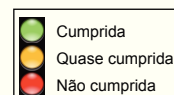
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
1852	1750	1667	0	154	146	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015

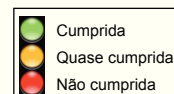
Processos distribuídos até 31/12/2015	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
1691	1522	1146	376	146	32	22 %	75 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
239	386	215	0	20	32	100 %





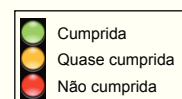
11 - METAS NACIONAIS 2016:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

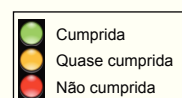
Processos pendentes da meta em 31/12/2014	Processos solucionados a partir de 01/01/2015	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
11	23	0	1	91 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2016	Prazo Médio em 2017	Meta	Grau de Cumprimento
383	0	374	98 %





12 - ARRECADAÇÃO [02/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 256.641,25	R\$ 169.943,12	R\$ 0,00	R\$ 1.482.850,47



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2010	2
2012	6
2013	5
2014	54
2015	162
2016	451
2017	1236



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Média Trienal de Processos (Conhecimento e Execução)	Lotação Paradigma (Resolução nº 219/2016 do E. CNJ)	Lotação Adicional	Lotação Final (sem OJA)	Lotação (Oficial de Justiça Avaliador)
2036	8	0	8	0

Fonte: Portaria GP nº 39/2017

A Resolução nº 219/2016 do E. CNJ instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Por sua vez, a Portaria GP nº 39/2017, de 26/06/2017, aprovou a lotação quantitativa para a primeira instância do TRT da 15ª Região.

Observando a lotação da unidade (item 3.1), constata-se que o número atual de 9 servidores está acima dos parâmetros fixados na referida Portaria.

Foi informado pelo gestor que na Unidade também atuam 2 assistentes de Juiz.

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade em 31/1/2018)

PJe		SAP	
Data de corte:	31 /12 /2017	Data de corte:	31 /12 /2017
Saldo:	297	Saldo:	163
Data do mais antigo:	17/8/2017	Data do mais antigo:	12/5/2017
		Total:	460

15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado (12/2017)



é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,50 índice que, desde a última Correição (0,55 em 12/2016), teve variação positiva.

Esse resultado reflete, em parte, a melhora nos últimos meses da TCC – taxa de congestionamento no conhecimento, de 0,60 em 12/2016 para 0,54 em 12/2017.

A TCE- taxa de congestionamento na execução, no mesmo período também apresentou melhora (de 0,49 em 12/2016 a 0,36 em 12/2017).

Além disso, como registrado no item anterior, porque o saldo de processos sem tramitação é inferior à metade da média trienal de processos recebidos não se registra, no momento, a necessidade de elaboração de plano de ação.

16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0011395-47.2014.5.15.0101, 0010689-64.2014.5.15.0101 e 0011288-32.2016.5.15.0101;

16.2 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0124300-39.2007.5.15.0101, 0011028-23.2014.5.15.0101 e 0010960-39.2015.5.15.0101;

16.3 – não determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, além disso a Unidade não adota o procedimento de incidente de desconconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.4 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 2/2/2018, verificou-se a existência de 396 protocolos nos últimos 12 meses, não havendo pendências e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0000827-06.2013.5.15.0101, 0010574-43.2014.5.15.0101 e 0011339-14.2017.5.15.0101);

16.5 – há audiências designadas em 5 dias da semana;



16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 165 no período de 01/2017 a 12/2017;

16.7 – não exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do CCS, INFOSEG, PROTESTO, SIMBA (em implementação) e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

A Unidade apresenta índice de 0,57 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD (12/2017). Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a 2ª Vara do Trabalho de Marília apresenta 57% do maior saldo de processos pendentes.

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 50,4 dias-juiz nos últimos doze meses, próximo a média do grupo (49,3), e próximo a média apontada na última ata de correição (49,1).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal (RARIA) de 52,2 processos solucionados por meio de conciliações, superior a média de referido grupo 38,7 (RARIA) e última correição 44,3 (RARIA). Por outro lado, excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês (RARIA) foi de 45,9, inferior a média do grupo, de 50,8 (RARIA) e superior à média constatada na última correição, 29,3 (RARIA). Assim, a média total de



solucionados com exame de mérito, de 98,1 (RARIA) na Unidade superou a média total do grupo (RARIA 89,5) e da última ata de correição, 73,5 (RARIA).

Ainda, destaca-se também não ter sido cumprida no último ano a Meta 2 da Justiça do Trabalho (julgar processos mais antigos) 75%, e quase cumprida as Metas 6 do CNJ (priorizar o julgamento das ações coletivas) 91% e 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 4% o prazo médio do conhecimento) com 98% de cumprimento) – conforme item 11.

18 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pelo gestor da Unidade em 31/1/2018, havia audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS/ Ord:	17/04/2018	39	76
INICIAIS/ Sum:	17/04/2018	8	76
UNAS/ Ord:	17/04/2018	9	76
UNAS/Sum:	17/04/2018	0	76
INSTRUÇÕES/Ord:	18/02/2019	9	383
INSTRUÇÕES/Sum:	18/02/2019	0	383
CONCILIAÇÃO:	13/04/2018	0	72
MEDIAÇÃO:	27/03/2018	0	55

Observação: Foi informado pela Unidade que a pauta não é automatizada. Porém, é utilizado o conceito de pauta “inteligente”, com análise dos feitos para eventual retirada de pauta. A Unidade não inclui feitos que envolvam órgãos públicos em pauta. Processos cuja instrução dependa de prova pericial são excluídos de pauta, havendo designação de nova data nos casos em que for necessário colher mais provas.

18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS **(fonte: Vara do Trabalho)**

18.1.1 – JUIZ TITULAR

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	6		4			10
	tarde						0
terça	manhã						0
	tarde						0



quarta	manhã	6		4			10
	tarde						0
quinta	manhã						0
	tarde						0
sexta	manhã				20		20
	tarde				20		20

18.1.2 – JUIZ SUBSTITUTO AUXILIAR

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						0
	tarde						0
terça	manhã	6		4			10
	tarde						0
quarta	manhã						0
	tarde						0
quinta	manhã	6		4			10
	tarde						0
sexta	manhã				20		20
	tarde				20		20

18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou serem adotadas na unidade medidas de incentivo à mediação, apontando a realização de 6 audiências semanais de conciliação em fase de liquidação, pelos mediadores da Coordenadoria Integrada de Atividades Administrativas, Judiciais e Central de Mandados (CIA). Realizam, também, 10 audiências mensais de mediação nas fases de conhecimento e execução, feitas pelos mediadores da unidade, capacitados pelo curso de Formação de Mediadores da Escola Judicial. Realizam, ainda, 40 audiências semanais de conciliação/UNA, feitas pelos próprios magistrados.

Frise-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios.

18.3 – ANÁLISE:



A Unidade realizou média proporcional à disponibilidade de magistrados (RARIA) de 94,5 audiências unas e de instrução maior que o resultado verificado na última correição (quando a média RARIA foi de 75,4), conforme item 10.2.

O prazo médio (item 7) do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução é de 326 dias, ligeiramente maior que o de seu grupo (319 dias) e que o do Fórum (305 dias).

Observa-se ainda que no rito sumaríssimo esse prazo é de 245 dias, em média, enquanto nos demais processos, o prazo médio é de 379 dias. Assim, embora indique haver priorização das audiências no rito sumaríssimo, esse prazo médio (245 dias) é maior que o de seu grupo (201 dias) e que o do Fórum (219 dias).

Em comparação com o verificado na última correição, esse prazo médio diminuiu de 359 para 325 dias, refletindo também a redução do lapso temporal entre a designação e a realização de audiências atualmente em 76 dias para as iniciais e 76 para as unas. Inversamente, o lapso temporal para a realização das audiências de instrução aumentou para 383 dias.

Além disso, como indicado no item 4, no período observado, o saldo de processos aguardando encerramento da instrução é de 956, quantidade maior que a média de seu grupo (682) e que a do Fórum (874), demonstrando tendência de aumento desde a última correição, quanto contava com 926 processos nessa fase.

Considerando haver audiências de instrução até 18/2/2019 (portanto, com espera média para realização da audiência maior do que verificada na última correição, quando em média se aguardava 5 meses) e o fato de haver 9 processos aguardando o agendamento de audiências de instrução, determina-se que o Juízo apresente plano de ação, a fim de promover redução substancial do prazo para realização das audiências de instrução, sobretudo, com priorização dos feitos de procedimento sumaríssimo.

Registra-se, ainda, que na ata anterior a unidade contou com 49,1 dias-juiz e realizou 2.851 audiências e, na presente apuração contou-se 50,4 dias-juiz e 3.199 audiências realizadas (item 10.2).

19 – CONSTATAÇÕES:

Após a exposição dos principais índices da Unidade a toda a equipe, foi realizada reunião com o trio gerencial para verificação, quanto a otimização dos respectivos fluxos de trabalho, saneamento de inconsistências e registro de soluções nos incidentes processuais.



Quanto ao represamento de processos e a conclusão para julgamento, onde se apurou 217 processos, a diretora informa que não mais se faz a designação de audiência para encerramento da instrução em processos com a instrução já encerrada. Inclusive, noticia que todos os 217 processos apontados já foram tramitados regularmente. No mais, os processos com instrução encerrada são movimentados para a tarefa de “razões finais”. A Corregedoria constata que a Unidade tem criada a subcaixa “Razões Finais”, na caixa “Cumprimento de providências”. A medida evita processos fora do fluxo e revela observância da Portaria GP-CR 89/2015 que regulamenta o lançamento de conclusão para magistrado para prolação de sentença e decisão de incidentes processuais. Assim, reitera-se o correto acompanhamento da movimentação de processos da subcaixa de “Razões Finais”, a fim de que não haja processos com prazo vencido para razões finais sem conclusão. Para os processos físicos, a Corregedoria recomenda a extração de relatórios semanais para gestão das razões finais.

A Corregedoria identifica, ainda, que há um servidor da Secretaria que tem atuado como assistente de juiz, quando, formalmente e de fato, há servidor já assim designado. Nesse sentido, a Corregedoria determina que o servidor Ederson Izeli lotado nesta unidade atue preponderantemente na secretaria, sem prejuízo de auxílio à Coordenadoria Integrada de Atividades Administrativas, Judiciais e Central de Mandados (CIA) de Marília, enquanto perdurar sua ocupação no cargo de coordenador de central de mandados.

Constata-se que na Unidade não há mais servidor em teletrabalho.

Audiências de mediação são realizadas pela CIA, salvo aqueles que se encontram na fase de execução, porque são realizadas pelo servidor segundo assistente de diretora, que atua nesta fase, porque entende a gestora que o êxito é maior. De qualquer forma, o trio informa que não é elevado o número de processos hábeis à mesa de mediação.

Confecção de minutas de embargos de execução, embargos de terceiro, ainda, são feitas na Secretaria. Nesse sentido, a Corregedoria insiste na observância de que os incidentes sejam apreciados pelos assistentes de juízes, salvo aqueles que envolvam específica matéria de cálculo, que terão as minutas feitas pelo calculista da Unidade.

Controle de perícia. A adoção não atingiu sua plenitude, porque ainda há atrasos reiterados de perito, cuja destituição não é adotada. A Corregedoria, diante dessa hipótese, sugere que os peritos nomeados sejam convidados para uma reunião, esclarecendo-lhes a relevância da assistência que prestam e a fim de obter deles o comprometimento e alinhamento necessários ao êxito da prática do controle de perícias; e, ainda, que sejam estabelecidos prazos para apresentação de laudo, compatíveis com a pauta da unidade.



Dentre os três casos somente que ensejaram a pesquisa patrimonial avançada, aquela que envolve a Empresa Circular de Marília, depende da resposta da consulta ao SIMBA, que não foi concluída até a presente data, apesar de ter sido solicitada há bastante tempo. No aspecto, a Corregedoria sugere que seja relatado o caso para a Juíza Auxiliar da Corregedoria para as orientações cabíveis por meio de PROAD.

Constata-se que a atuação na fase de execução está bem alinhada com o fluxo processual da fase. Orienta-se que a pesquisa de CCS seja realizada pelo GIE, a quem compete a busca de devedores, enquanto aos oficiais de justiça compete a busca patrimonial.

Mediações, na fase de conhecimento, são realizadas cerca de dez (10) às segundas-feiras, contudo a ausência do reclamante ou da reclamada não implicam em qualquer efeito, salvo a designação de nova data de audiência. Os efeitos das mencionadas ausências só ocorrem nas mediações realizadas pelas magistradas.

Relatório de convertidos em diligências indicam o expressivo número de 130 processos. Nesse sentido, o segundo assistente de diretor esclarece que houve uma instabilidade do sistema PJe que, muito provavelmente, influenciou para esse alto índice.

Notificação eletrônica não é adotada pela unidade, razão pela qual a Corregedoria sugere a prática, sobretudo, para as iniciais, aproveitando-se das audiências para fazer o convite às empresas para adesão e concessão de aceite expresso, bem como, valendo-se dos oficiais de justiça para a estimular. Registra-se que os endereços eletrônicos e aceites obtidos pelos oficiais de justiça devem ser compartilhados com a unidade, a quem compete realizar a notificação inicial não pessoal, por meio de diligências. Aos oficiais de justiça compete realizar as notificações, apenas, de caráter pessoal. Quanto aos documentos que devem acompanhar a notificação e intimação eletrônica, a Corregedoria esclarece e orienta que seja gerada a chave de acesso correspondente a eles, valendo-se da anexação do expediente de “Certidão”, modelo “Certidão – Gerador de Hash”, que atende, plenamente, a essa necessidade. Quanto à comprovação de recebimento da notificação eletrônica, sugere-se a anexação do “print” do envio, sem, necessariamente, anexação de certidão ou, ainda, que a confirmação de recebimento seja armazenada em pasta própria e consultada, se diante da alegação de que não houve o recebimento da mensagem eletrônica.

20 – RECOMENDAÇÕES:

20.1 – utilizar a modelagem de gestão de processos, divulgando os arquivos



disponibilizados pela Corregedoria (Extranet – Jurídico – Orientações do Corregedor);

20.2 – utilizar a Tabela Dinâmica do SAP1G (se houver processos físicos) como instrumento de gestão dos feitos sem tramitação; para o gerenciamento dos processos eletrônicos, utilizar relatório Sicond (extranet – menu “jurídico” - visualizar estatísticas, gerando arquivo para criar tabela dinâmica conforme roteiros disponíveis na Extranet – Orientações da Corregedoria);

20.3 – utilizar, além dos agrupadores, também filtros e avisos para identificar as questões urgentes nos processos;

20.4 – viabilizar a melhor forma de citação eletrônica, conforme previsto no inciso V do art.246 da Lei 13.105/2015 (Novo CPC), mediante contato com grandes empresas demandadas, e Municípios que consentirem com a utilização da medida;

20.5 – recomenda-se, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que ao menos no PJe fique sob responsabilidade dos assistentes de juiz a confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, sendo que a ordem judicial nelas contidas deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário.

20.6 – finalizar a migração dos processos para o PJe, considerando o percentual de processos físicos que é de 15% do acervo, de acordo com o plano de migração apresentado em novembro de 2017, cuja previsão de término era 31/1/2018. Até o momento de coleta de dados para a presente ata, não havia no PROAD 5876/2017 a informação de término da execução do Plano de Ação da migração de processos do legado para o processamento eletrônico.

21 – DETERMINAÇÕES:

21.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentencas.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

21.2 – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da



necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas;

21.3 – observar os normativos: Ato Regulamentar GP nº 11/2017 (solicitação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva); Ato Regulamentar GP nº 16/2017, que altera o Ato Regulamentar GP nº 09/2017 (parâmetros para o desempenho das atividades dos assistentes de juiz em caso de afastamento do Juiz ao qual esteja vinculado); Comunicado CR nº 07/2016 (envio de valores atualizados dos créditos trabalhistas dos Devedores Insolventes às Coordenadorias); Comunicado nº 8/2017-CR (procedimentos a serem observados para cadastramento no sistema Sinesp Infoseg); Comunicado CR nº 11/2017 (procedimentos a serem adotados na consulta, orientação ou sugestão direcionadas a Corregedoria Regional); Comunicado CR nº 12/2017 (procedimentos dos conflitos de atribuição); Ofício Circular nº 02/2017-CR (Autogestão Orientada – Meta 2 – Processos distribuídos até 31.12.2010); Ofício Circular nº 06/2017-CR (Convênio “Portal JUD” da VIVO), assim como acompanhar as atualizações de normas, também disponibilizadas na extranet – Jurídico – Orientações da Corregedoria;

21.4 – acompanhar os vídeos de “Dicas da Corregedoria” referentes à atuação e procedimentos dos Órgãos jurisdicionais da 1ª Instância;

21.5 – observar a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos às hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no Provimento GP-CR 03/2014 e no itens I a IV da Ordem de Serviço CR nº 4, de 24 de fevereiro de 2016, evitando-se a retirada de bens para regularização posterior, assim como observar que após a inclusão do bem em hasta, na hipótese de acordo ou remição no processo o leiloeiro fará jus ao recebimento de comissão (sendo necessário o registro correspondente e não como “excluído de hasta”) e que na hipótese de o credor adquirir o bem, deverá fazê-lo na condição de arrematante;

21.6 – observar o Provimento GP-CR nº 04/2014, com alterações pelo Provimento GP-CR nº 01/2017, para a alienação por iniciativa particular por meio de Corretores cadastrados nesse Regional.

21.7 – fazer o servidor Ederson Izeli lotado nesta Unidade atuar preponderantemente na secretaria, sem prejuízo de auxílio à Coordenadoria Integrada de Atividades Administrativas, Judiciais e Central de Mandados (CIA) de Marília, enquanto perdurar sua ocupação no cargo de coordenador de central de mandados.

21.8 – apresentar plano de ação, a fim de promover redução substancial do prazo para realização das audiências de instrução, sobretudo, com priorização dos feitos de procedimento sumaríssimo.



22 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, entre os dias 5/2/2018 e 7/2/2018, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0010509-43.2017.5.15.0101	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando audiência – Designar Audiência INICIAL desde 23/6/2017. O processo foi distribuído em 12/4/2017 e não teve qualquer movimentação. Há 40 processos na mesma situação, sendo que todos têm como reclamadas Editora Diário - Correio De Marília Ltda E/Ou Cmn – Central Marília Notícias Ltda e pedido de perícia grafotécnica.	Tramitar os processos e designar perícia, se o caso.
2	0011051-61.2017.5.15.0101	Processo eletrônico na tarefa "Concluso ao magistrado" desde 25/8/2017. Há outros 24 processos na mesma situação, sendo este o mais antigo. Ocorre situação semelhante na mesma tarefa da fase de execução.	Tramitar os processos, vinculando-os ao magistrado responsável para a análise. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
3	0011634-51.2014.5.15.0002	Processo eletrônico na tarefa "Controle de Sobrestamento-Suspensão" desde 20/11/2015. Em audiência realizada em 14/5/2015 foi ajustada a utilização, como prova emprestada, do laudo elaborado nos autos do processo nº 0011623.22.2014.5.15.0101. Referido laudo foi juntado em 3/2/2016 e nenhuma providência tomada no 0011634-51.2014.5.15.0002. Saliente-se que, no processo 0011623.22.2014.5.15.0101 foi celebrado acordo em 23/1/2018. Há outros 4 processos parados na tarefa.	Dar regular andamento aos processos.
4	0010712-39.2016.5.15.0002	Processo eletrônico na tarefa "Controle de perícia - 2018/01 - 2ª quinzena" desde 7/6/2017. A perícia foi agendada para 17/8/2017 e até o momento da consulta não se verificou a juntada do laudo pericial. Há outros 17 processos em situação semelhante, alguns, inclusive sem audiência de instrução designada.	Dar regular andamento aos processos e intensificar a gestão dos prazos concedidos aos peritos, bem como contato com o perito nomeado para observância dos prazos. Ressalta-se a importância da correta gestão dos prazos nas subcaixas indicativas de prazos.
5	0011965-28.2017.5.15.0101	Processo eletrônico na tarefa "Intimações automáticas com pendências - Con" desde 22/1/2018. Há decisão de antecipação de tutela datada de 4/12/2017 sem a notificação da reclamada para cumprimento, uma vez que não há advogado cadastrado. Há outros 24 processos em situação semelhante, inclusive na fase de liquidação.	Tramitar os processos. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
6	0011347-54.2015.5.15.0101	Processo eletrônico na tarefa "Minutar expediente de secretaria" desde 17/11/2017. Em 4/10/2017 foi prolatada sentença e não houve	Tramitar os processos. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



		cumprimento do que nela foi determinada a requisição de honorários ao Tribunal intimação dos peritos). Há outros 7 processos pendentes na mesma tarefa, sendo este o mais antigo, inclusive nas fases de liquidação e execução.	2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
7	0011848-37.2017.5.15.0101	Processo eletrônico na raiz tarefa "Preparar ato de comunicação" desde 21/11/2017. Há despacho de 14/11/2017 determinando a citação da reclamada. Não houve qualquer tramitação posterior. Situação semelhante ocorre com o 0012011-17.2017.5.15.0101, com audiência designada para 26/02/2018 sem a notificação das partes. Ocorre situação semelhante na mesma tarefa da fase de execução.	Tramitar os processos e providenciar o imediato envio para as subcaixas correspondentes. O processo se encontra na raiz. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Há outros 168 processos na raiz da tarefa.
8	0000125-94.2012.5.15.0101	Processo físico na ocorrência DCA - devolução de carga desde 14/12/2017.	Regularizar o andamento processual. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
9	0060200-41.2008.5.15.0101	Processo físico na ocorrência DES - despacho desde 10/1/2018.	Regularizar o andamento processual. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
10	0000622-45.2011.5.15.0101	Processo físico na variável 150 do e-GESTÃO (Embargos à execução pendentes). Em 4/7/2017 foi registrada a ocorrência "Prazo - união(trt): solução do agravo de instrumento".	Diligenciar acerca da solução do agravo e tramitar o processo, se o caso.
11	0115800-13.2009.5.15.0101	Processo físico na variável 342 do e-GESTÃO (Processos pendentes de finalização - fase de conhecimento). Em 14/11/2017 foi registrada a ocorrência "pzo -prazo - partes: interposição de recurso (outros)". Prazo vencido em 6/2/2017. Há outros 529 processos pendentes na mesma variável.	Sanear os lançamentos para a correta contagem dos prazos médios da fase.
12	0001248-30.2012.5.15.0101	Processo físico na variável 346 do e-GESTÃO (Processos pendentes de finalização - fase de liquidação). Em 18/6/2014 foi registrada a ocorrência HOM - Sentença homologatória de cálculos e em 30/7/2015 - PZO -Prazo - recda: manifestação sobre documentos, sem andamento posterior. Há outros 28 processos pendentes na mesma variável.	Sanear os lançamentos para a correta contagem dos prazos médios da fase.
13	0100900-59.2008.5.15.0101	Processo físico na variável 353.do e-GESTÃO (Processos pendentes de finalização - fase de execução). Em 17/1/2018 foi registrada a ocorrência "EEN -Extinta a execução". Há outros 82 processos pendentes na mesma variável.	Sanear os lançamentos para a correta contagem dos prazos médios da fase.
14	0001063-60.2010.5.15.0101	Processo físico aguardando o encerramento da Instrução. Em 11/12/2017 foi registrada a ocorrência pzo -prazo - partes: razões finais. Prazo vencido em 2/2/2018.	Levar a conclusão para prolação de sentença.



23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Compareceram o presidente da OAB/SP em Marília, Dr. Marlúcio Bonfim Trindade, OAB/SP 154.929, acompanhado da Dra. Adriana Mara Ferrari Petruzz do Prado, OAB/SP 120.028, e o Conselheiro de Prerrogativas da 11ª Região da OAB/SP, Dr. João Carlos Pereira, OAB/SP 200.762 e teceram elogios aos magistrados e pleitearam maior celeridade nas execuções, inclusive, maior treinamento para exploração da ferramenta SIMBA. Solicitaram, por fim, a realocação do Fórum de Marília para novo edifício.

Também se fizeram presentes, o presidente da Câmara de Vereadores de Marília, Delegado Wilson Alves Damasceno, acompanhado do vereador Mauricio Roberto, para fazerem a entrega do Diploma de Visitante Ilustre ao Desembargador Corregedor, por meio do Ato número 12, de 15 de fevereiro de 2018.

E, ainda, a imprensa da OAB/SP em Marília, o Jornal da Manhã e o Jornal Cidade.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – A MMa. Juíza Titular KEILA NOGUEIRA SILVA reside na jurisdição.

24.2 – A Juíza Substituta Auxiliar Fixa DANIELE COMIN MARTINS está autorizada a residir fora da sede da circunscrição (PA 0000144-06.2013.5.15.0897).

24.3 – O Exmo. Desembargador Corregedor Regional conversou reservadamente com os Magistrados sobre eventual atraso na prolação de sentença, bem como sobre as respectivas autorizações para residir fora da sede da circunscrição. No mais, em face da notícia de futura saída de dois Oficiais de Justiça da CIA, as Exma. Juízas pleitearam a manutenção do quadro que remanescerá, sem nova redução.

24.4 – Foi informado pela Sra. Diretora de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.5 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação da Diretora, pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



Complementar” no PP nº 4459/2016.

25 – ENCERRAMENTO:

No dia 21 de fevereiro de 2018, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.